

'Anões' do Orçamento ^{Congresso} faturam aposentadoria

BRASÍLIA — Os anões João Alves, Cid Carvalho e Genebaldo Correia, que renunciaram aos mandatos de deputado para escapar da cassação por envolvimento com a quadrilha do orçamento, estão novamente recebendo recursos públicos. Por ordem do juiz da 1ª Vara da Justiça Federal de Brasília, João Batista Coelho Aguiar, desde 20 de dezembro os três recebem aposentadoria do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

O juiz concedeu liminar em mandado de segurança impetrado pelos três ex-deputados contra a suspensão dos pagamentos, determinada no mês anterior pelo presidente do IPC, o ex-deputado Henrique Lima Santos. A decisão de Santos se baseava no fato de que tramita na Justiça Federal

ação da deputada Sandra Starling (PT-MG) contra o pagamento.

João Alves recebe o valor máximo, equivalente à verba de representação paga aos parlamentares em atividade — R\$ 2.402,00. Cid Carvalho voltou a receber R\$ 1.984,00 e Genebaldo Correia, R\$ 858,00. Os ex-deputados Ibsen Pinheiro e Feres Nader, que não renunciaram e foram cassados, não recorreram à Justiça e continuam sem receber a aposentadoria a que têm direito por terem cumprido mais de oito anos de mandato. João Alves foi deputado por mais de 30 anos, o que lhe garantia aposentadoria integral. Cid Carvalho foi deputado por 25 anos, Genebaldo e Ibsen por 11 e Feres Nader, por oito. Todos foram acusados pela CPI do Orçamento de enriquecimento ilícito.



Genebaldo recebe R\$ 858,00



Alves embolsa R\$ 2.402,00